

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.603 - SE (2019/0298929-6)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : WALTER GOMES MARQUES NETO
ADVOGADO : WALTER GOMES MARQUES NETO - SE004414
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE : CLARICE JOVELINA DE JESUS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **CLARICE JOVELINA DE JESUS**, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Extraí-se dos autos que a paciente encontra-se cumprindo pena no regime semiaberto, tendo-lhe sido permitida a prisão domiciliar com o uso de tornozeleira eletrônica.

Neste *writ*, o impetrante alega que a paciente estaria submetida a constrangimento ilegal, pois, apesar de ter 58 anos de idade, residência fixa, não ter cometido crime com violência ou grave ameaça à pessoa, encontra-se usando aparelho de monitoramento eletrônico, mesmo sendo a "única provedora do sustento próprio e de sua família, que convive com seu filho menor, que vem enfrentando sérios problemas com seus colegas devido ao uso da tornozeleira de sua mãe, não querendo sequer ir a atividades regulares, como de ir à escola" (e-STJ, fl. 4).

Requer, liminarmente e no mérito, que seja concedida a progressão do paciente ao regime aberto, eis que cumpridos os requisitos necessários ou, ainda, que seja revogada a medida cautelar de monitoração eletrônica, ainda que mantidas as demais medidas impostas.

É o relatório.

Decido.

Em sede de *habeas corpus*, a prova deve ser pré-constituída e incontroversa, cabendo ao impetrante apresentar documentos suficientes à análise de eventual ilegalidade flagrante no ato atacado.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL PENAL E PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DO DECRETO PRISIONAL, ORAL OU TRANSCRITO. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME DOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. É pacífico o entendimento desta Corte Superior que o *habeas corpus*, porquanto vinculado à demonstração de plano de ilegalidade, não se presta a dilação probatória, exigindo prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração.

2. Não há como ser julgado *habeas corpus* que discute fundamentos da prisão quando não é o decreto de prisão juntado.

3. Sendo oralmente decretada a prisão, seu registro é

Superior Tribunal de Justiça

imprescindível, competindo ao impetrante comprovar que não houve juntada do registro ou trazê-lo (seja o registro oral, seja sua gravação).

4. Agravo regimental improvido." (AgInt no HC 398.388/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 3/8/2017, DJe 14/8/2017, grifou-se).

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS, PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO E RECEPÇÃO. EXCESSO DE PRAZO PARA O FIM DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. INOCORRÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. MATÉRIA NÃO APRECIADA NO ACÓRDÃO COMBATIDO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

I - Preliminarmente, no que concerne à alegada ilegalidade da prisão preventiva decretada em desfavor do recorrente, a deficiente instrução dos autos impede o conhecimento, no ponto, do recurso ordinário, porquanto não foi juntada aos autos cópia do v. acórdão em que a matéria foi apreciada no eg. Tribunal de origem (precedente).

II - O prazo para a conclusão e julgamento do feito não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos processuais para a aferição do eventual excesso (precedentes).

III - Na hipótese, malgrado o atraso na instrução, tal se justifica, tendo em vista a necessidade de expedição de diversas cartas precatórias, bem como a demora da juntada de documento pela defesa do corréu, o que naturalmente traduz uma maior demora no julgamento da ação na origem, e não permite, por ora, o reconhecimento do alegado excesso de prazo.

Recurso ordinário parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido." (RHC 83.107/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 1/8/2017, grifou-se).

Compulsando os autos, verifica-se que a petição inicial não foi devidamente instruída, eis que não foram trazidas aos autos nenhum outro documento comprobatório das alegações defensivas, tendo deixado de apresentar as peças imprescindíveis à análise do apontado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **não conheço** o *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator